



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

EDITAL Nº 002/2015

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA** de Balneário Camboriú no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº1.033/91, COMUNICA a todas as entidades governamentais e não-governamentais, regularmente constituídas no Município de Balneário Camboriú que desenvolvem atividades de promoção, defesa e/ou garantias dos direitos constitucionais e legais de crianças e adolescentes que o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, torna público a abertura do processo de Inscrição e Seleção Pública de Projetos, com base na Resolução nº137, de 21 de janeiro de 2010, do *CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente*, Seção II – art. 9º, IV, V e VI, e art. 13, cujo programa atenda aos seguintes requisitos:

Capítulo 1 – Do Objeto:

Artigo 1º – O CMDCA de Balneário Camboriú disponibilizará para este Edital no ano de 2016 a importância de R\$ 2.476.000,00 para seleção de projetos, a serem encaminhados à avaliação do CMDCA com possibilidade de aporte financeiro por meio do Fundo Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Balneário Camboriú, com recursos próprios do município e doações.

Capítulo 2 – Da Apresentação dos Projetos:

Artigo 2º – Cada instituição só poderá apresentar um projeto. O projeto deve ser claro e objetivo, tendo como prioridade objeto que aborde as violações e iniquidades que atingem as crianças e os adolescentes dos grupos mais vulneráveis e excluídos da sociedade considerando:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



- a) Os resultados esperados;
- b) O valor do projeto previsto;
- c) A área de abrangência;
- d) A população de crianças e adolescentes;
- e) Atendimentos diretos e indiretos.

Artigo 3º – O modelo de projeto a ser entregue deverá ser solicitado pelo e-mail cmdca.sdis@gmail.com e entregue devidamente preenchido, apresentando-o junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com as páginas numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade.

Capítulo 3 – Dos Requisitos Eliminatórios:

Artigo 4º – As Entidades que concorrerem nesta Seleção de Projetos para estarem aptas a executar o programa deverão obrigatoriamente, apresentar os seguintes documentos:

- a) Estatuto Social;
- b) Cópia da ata de posse da atual diretoria;
- c) Cópia do CPF e RG do representante legal da instituição;
*em caso de impedimento do representante legal em assinar o instrumento jurídico, encaminhar o documento que estabeleça competência do substituto para firmar instrumento jurídico pela instituição. Anexar cópia de RG e CPF;
- d) Cópia do CNPJ;
- e) Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- g) Certidão negativa de débitos fiscais estaduais;
- h) Certidão negativa de débitos fiscais municipais;
- i) Certificado de regularidade do FGTS – CRF;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



- j) Comprovação do registro no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- k) Cópia do Balanço anual da entidade (2014)
- l) Termo de Declaração de capacidade financeira de manutenção de sede (aluguel, cessão de uso, e/ou sede própria).

Capítulo 4 – Do Encaminhamento:

Artigo 5º – Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, na Rua 2000, nº1380, Bairro Centro, Balneário Camboriú, até as 12:00 horas, do dia 02 de Outubro de 2015, endereçados a Presidente do CMDCA.

Artigo 6º – Deverão ser apresentados dois envelopes, sendo 1 (um) com os documentos para a habilitação da Organização e 1 (um) contendo o projeto apresentado pela Organização, conforme Artigo 4º deste edital.

Capítulo 5 – Objetivo:

Artigo 7º – As propostas devem estar alinhadas no mínimo a uma das ações definidas na Resolução nº001, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, abaixo transcritas:

- a) Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- b) Acolhimento sob forma de guarda, de criança e adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227 §3º, VI da CF e do art. 260 §2º da Lei nº8.069 de 1990, observados as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária;
- c) Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;
- d) Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada e do operador do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



- e) Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;
- f) Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Capítulo 6 – Da Avaliação dos Projetos:

Artigo 8º – Os projetos serão avaliados por uma comissão paritária, composta no mínimos por seis (06) conselheiros, específica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, designada para este fim.

Parágrafo Único: No processo de seleção de projetos no qual as organizações e órgãos públicos ou privados representados no Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Balneário Camboriú, figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, os mesmos não podem participar da avaliação e deverão abster-se de voto.

Artigo 9º – As Instituições que já possuem Projeto aprovados pelo CMDCA passarão por uma avaliação do Conselho observando sempre a continuidade dos serviços desde que devidamente prestados.

Artigo 10. – Para avaliação dos projetos apresentados pelas Organizações Não-Governamentais, ou Organização de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, ou Fundação ou Autarquia serão observados os seguintes critérios:

- a) Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente, às Resoluções do CMDCA, o Plano de Ação do CMDCA 2015;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



- b) Capacidade técnica e administrativa da Organização para executar o projeto, devendo o proponente apresentar a relação dos recursos humanos que atuarão diretamente no desenvolvimento do projeto em questão;
- c) Quadro de recursos humanos compatíveis com a proposta, observando-se a função do mesmo no projeto;
- d) Justificativa dos itens previstos na planilha de aplicação de recursos;
- e) Capacidade de manutenção do espaço físico para desenvolvimento do projeto (aluguel, cessão de uso, e/ou sede própria).

Capítulo 7 – Dos Documentos:

Artigo 11. – O convênio será firmado entre o Município de Balneário Camboriú, com a interveniência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e a Instituição Executora do Projeto, de acordo com o que determina a legislação vigente.

Artigo 12. – Considerando a exiguidade de prazos, os documentos para conveniamento devem vir anexados ao projeto apresentado, atualizados, conforme anexo II.

Artigo 13. – A entidade proponente do projeto deverá apresentar o projeto nos moldes exigidos pelo CMDCA, juntamente com os documentos exigidos, conforme anexo I, deste Edital.

Artigo 14. – Em caso de falta de algum dos documentos mencionados no Artigo 4º, a entidade será eliminada e considerada inabilitada para firmar e executar o projeto apresentado.

Capítulo 8 – Cronograma:

Artigo 15. – Ficam estabelecidos os seguintes prazos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



- I. Aprovação do Edital na Reunião Ordinária do CMDCA: 01 de Setembro de 2015;
- II. Publicação do presente Edital: 02 de Setembro de 2015;
- III. Apresentação dos documentos de habilitação e dos projetos ao CMDCA: de 03 de Setembro a 02 de Outubro de 2015;
- IV. Análise da documentação dos proponentes: no ato da entrega da documentação dentro do prazo estabelecido de 03 de Setembro a 02 de Outubro de 2015, das 8:00hs às 12:00hs, na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, Rua 2000, nº1380;
- V. Apresentação dos Projetos pelas proponentes (05min) na reunião ordinária do dia 13 de Outubro de 2015, no Centro de Treinamento Comunitário – CTC;
- VI. Leitura e análise dos projetos pela Comissão de avaliação: 14 a 20 de Outubro de 2015;
- VII. Apresentação, discussão e deliberação do parecer da comissão de avaliação na Plenária do CMDCA em Reunião Ordinária dia 27 de Outubro de 2015;
- VIII. Publicação do resultado prévio no dia 28 de Outubro de 2015;
- IX. Prazo recursal da decisão plenária do CMDCA dia 29 de Outubro de 2015;
- X. Publicação do resultado final dia 03 de novembro de 2015.

Capítulo 9 – Prestação de Contas:

Artigo 16. – Deverá obedecer às normas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e do TERMO DE CONVÊNIO firmado entre o Município de Balneário Camboriú/FMDCA e CMDCA e a ENTIDADE EXECUTORA, conforme anexo II.

Artigo 17. – Deverá ser enviado mensalmente relatório dos atendimentos durante toda a execução do projeto, dirigido ao CMDCA, conforme anexo III.

Artigo 18. – Prazo dos contratos dos convênio de até 01 (um) ano.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA



Artigo 19. – Os projetos aprovados poderão ter os convênios vigentes até dezembro de 2016.

Capítulo 10 – Informações Gerais:

Artigo 20. – Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital gerará a exclusão do projeto.

Artigo 21. - Os anexos II e III estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal – site: www.balneariocamboriu.sc.gov.br, no link editais.

Artigo 22. – Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – Fone 8475.6398, com Patricia.

Capítulo 11 – Da Aprovação e Publicação dos Projetos:

Artigo 23. – A classificação dos projetos selecionados pelo CMDCA será publicada no dia 25 de Outubro de 2014.

Balneário Camboriú, 02 de Setembro de 2015.

JOÃO PASSOS
Presidente do CMDCA/BC